TL 2036

Conselho Nacional da Resistência Maubere - CNRM
" Resistência Interna de F I M O R - L E S T E "

A S. Ex.cia o Sr. Secretário-Geral da ONU, Dr.Boutros Gali -
- Nova Iorque. -

Sr. Secretário-Geral da ONU
Excelência!

Em nome do Conselho Executivo da Luta, da Frente Armada - CEL/FA (o órgão executivo do CNRM que no terreno comanda a luta na Frente Armada) e do Comité Executivo da Luta, da Frente Clandestina - CEL/FC (o órgão executivo do CNRM, postado na Frente Clandestina), desejamos, antes de tudo, enviar a V.Ex.cia, os nossos melhores cumprimentos.

É nossa firme convicção e os acontecimentos dos últimos três anos provam e confirmam que para a manutenção da paz mundial, o empenho activo das Nações Unidas desempenhou um rol importante. Plenamente confiantes nesse rol importante empenhado pela ONU, desejamos vir dirigir a V.Ex.cia, Sr.Secretário-Geral, essa mensagem para manifestar as nossas preocupações quanto às posturas da ONU na adopção de dois pesos e duas medidas na defesa dos principios universais que as Nações Unidas estabeleceram na sua Carta.

Os acontecimentos registados nos últimos dois a três anos no mundo e a oportuna intervenção na solução dessas questões como por exemplo, a invasão iraquiana no Kóweit, a intervenção da ONU na solução do conflito cambójano, a intervenção na Somália, a intervenção de capacetes azuis e, em especial, a intervenção da NATO na Bósnia demonstraram como a ONU e Organizações Internacionais sob seu mandato podem desempenhar acções mais eficazes para obrigar o total respeito, da parte dos países envólvidos na violação do Direito Internacional instituido na Carta das Nações Unidas e as Resoluções do Conselho de Segurança e da Assembleia-Geral desta Organização Mundial.

Para o reestabelecimento da Nova Ordem Mundial, da Paz, da Justiça e da Liberdade dos Povos, torna-se indispensável que os Estados membros da ONU assumam desde já um compromisso sobre o respeito integral da sua Carta pois que de contrário, a ameaça à Paz no mundo, paz essa que constitui o maior anseio dos povos e pela qual a ONU é polícia mundial, essa ameaça permanecerá latente.

Se muitos actos de agressão falharam, porque os seus efeitos trágicos e devastadores comoveram ou tiveram a capacidade de comover o mundo, como a invasão soviética do Afeganistão, a invasão do Vietnam ao Cambodja, a invasão iraquiana no Koweit e a invasão sérvia na Croácia e na Bósnia, a não menos flagrante agressão indonésia de Timor-Leste resultaram apenas em resoluções sem medidas práticas da ONU para forçar a Indonésia no cumprimento dessas resoluções que exigiam duas questões fundamentais: a retirada das forças indonésias de Timor-Leste

e o direito do Povo de Timor-Leste ao exercício livre da sua auto-determinação. Esse facto por si só explica quão pequena e insignificante é a questão timorense no contexto dos interesses dos países mais poderosos que compõem a ONU, como Estados membros.

Apesar disso, pensamos que no cerne do problema de Timor-Leste está um crime contra a humanidade, está uma flagrante e abusiva violação tanto dos princípios como das sucessivas resoluções da ONU por um dos seus Estados membros, a Indonésia. Por isso mesmo, ignorar este crime é subestimar os seus trágicos efeitos e zombarmos a sociedade humana, é privar de conteúdo a Carta das Nações Unidas e as suas sucessivas resoluções.

Desde 1975 que a Indonésia invadiu e ocupou ilegàlmente Timor-Leste violando a Carta das Nações Unidas e desrespeitando as suas sucessivas resoluções concernentes a Timor-Leste. Desde 7 de Dez.'75 até hoje que a Indonésia vem impondo uma guerra de genocídio cujas consequências são extremamente devastadoras ao indefeso Povo de Timor-Leste, este Povo desprotegido por todos quantos assumem responsabilidades perante a Comunidade Internacional, pela defesa dos princípios universais. Como se tudo isso não bastasse para impôr um imenso mar de sofrimentos ao mártir Povo Timorense, a Indonésia confere à si o direito à rapina das nossas riquezas, não só mas também, levou a própria ONU a sarificar a sua coerência pelos biliões de dólares que o "lobby" indonésio tão inteligentemente se impôs.

Por tudo isso, Senhor Secretário-Geral, somos levados pela força da verdade que as causas do arrastamento da solução do problema timorense encontram-se resumidos nos interesses políticos, económicos e comerciais e geo-estratégicos dos poderosos que levaram essa Organização Mundial a utilizar dois critérios quando se esforça em resolver actos de agressão e na defesa dos principios internacionais.

Desde 1982, a Assembleia-Geral das Nações Unidas, através da sua Resolução 37/30 conferiu um mandato especial ao Secretário-Geral para auspiciar as negociações a realizar entre todas as partes envolvidas ou interessadas no conflito de Timor-Leste.

Desde essa altura que foram realizadas negociações entre Portugal e Indonésia que sempre resultaram em fracasso, verificando-se também desde essa altura uma intensa actividade ou, melhor dito, uma intensa actividade diplomática que permitiram a Indonésia a não aceitar a inclusão dos timorenses, como sendo uma das partes ou mesmo a parte mais interessada por ser a mais directamente afectada no conflito que se arrasta há 18 anos e meio, no processo negocial que se decorrem s sob a égide das Nações Unidas.

Reconhecemos que neste mundo conturbado de tantos problemas, a questão de Timor-Leste se afunda e se perda na sua infinitude. Pessoas céptices até olham-na como uma questão perdida.

Contudo, o mantenimento da questão na Agenda da ONU, apesar de

dos inúmeros esforços do governo indonésio e dos seus apoiantes em removê-la da Agenda das Nações Unidas como uma questão de Direito Internacional, como ainda o envolvimento dinâmico e activo de V.Ex.cia, Senhor Secretário-Geral, na mediação das negociações entre as partes interessadas no conflito e a inteligência como V.Ex.cia procurou ouvir também a Resistência Timorense, são factos que por si só já esclarecem e confirmam o carácter internacional do problema de Timor Leste e focaliza, por outro lado, o papel das Nações Unidas na resistência contra a agressão.

Senhor Secretário-Geral da ONU

Excelência!

Desde que a V.Ex.cia assumiu a liderança das Nações Unidas, a questão de Timor-Leste veio atraindo as atenções internacionais de uma forma crescente e reconhecemos ter havido, ainda que pequenas e tímidas, mudanças prometedoras.

Diversos factores concorreram para que mudanças pequenas e frágeis tivessem lugar, muito embora a questão fundamental do problema permanecesse inalterada.

Por isso mesmo estamos esperançados que sob os auspícios de V. Ex.cia e pelos seus bons ofícios, a nova ronda negócial que se aproxima, a ter lugar em Genebra, no próximo mês de Maio poderá vir a registar novos desenvolvimentos positivos que favorecerão a criação de mecanismos que possibilitem encontrar a solução global e internacionalmente aceitável do arrastado problema timorense.

Mas o comedimento de V,Ex.cia poder esfumar-se ao sabor do vento se os governantes indonésios persistirem ostensiva e teimosamente no abusivo desrespeito das resoluções da ONU e permanecerem na sua inflexibilidade porque têem sob a esfera da sua influência os governantes ocidentais como de outros países do mundo que subordinam os princípios internacionais instituidos na Carta das Nações Unidas a relações económicas ou comerciais com os invasores e assassinos indonésios, não só mas também, detém sob a esfera da sua influência a própria Organização das Nações Unidas.

Há 18 anos que de acordo com as sucessivas resoluções da ONU, a questão de Timor-Leste continua a ser uma questão de princípios das Nações Unidas cuja solução tem que passar necessàriamente pelas resoluções da ONU.

A história tem a sua própria dinâmica de desenvolvimento. A dinâmica da história dos conflitos do mundo testemunham a irreversibilidade do diálogo para a solução dos conflitos e antigos inimigos jurados hoje recorrem o diálogo como meio mais eficaz para solucionar os seus diferendos. O diálogo é possível desde que haja compreensão e suficiente espirito de moderação.

O Povo de Timor-Leste acredita que qualquer atitude inflexível e radical nunca favorecerá para a solução da questão tendo optado como linha de conduta a moderação, pois está consciente também

que ela e só ela pode constituir a alma do diálogo para o qual manifesta uma permanente disposição. Contudo, Jacarta continua arrogante e inflexível.

Face à intransigência de Jacarta , o CNRM - Conselho Nacional da Resistência Maubere,apresentou como solução viável e aceitável, o diálogo sem pré-condições patrocinado pela ONU. Esta proposta permitirá a todos encontrar uma solução mais aceitável, colocando em aberto todas as soluções possíveis. Para reforçar ainda mais a disponibilidade da Resistência Timorense na busca de solução realista para a questão de Timor-Leste que satisfaça as partes em litígio, o CNRM avançou com propostas sérias de solução aceitando a autonomia na Indonésia de que o último Plano de Paz apresentado pelo seu Representante Especial no exterior, o Dr. Ramos-Horta, é sua expressão. O CNRM está consciente que só agindo assim pode contribuir decisivamente para a solução do problema timorense porque este Plano de Paz contem todos os elementos que satisfazem os interesses de todas as partes envolvidas ou interessadas na questão de Timor-Leste. Por isso mesmo:

1- Apelamos à ONU e, em especial, à V.Ex.cia, Senhor Secretário-Geral, para interpretar com correcção o gesto de boa vontade dos timorenses, traduzida na proposta de paz do CNRM, considerando-a como séria, objectiva, realista e válida tomando medidas para activá-la.

2- Apelamos também à ONU para tomar medidas que levam a Indonésia a tomar atitudes que possibilitem a solução do problema timorense, com base nas propostas avançadas pelo CNRM e aceite a participação dos timorenses no diálogo, tendo como medidas a tomar de imediato:

a - a libertação total e incondicional do Líder Máximo da Resistência Timorense, o Responsável Principal do CNRM e Cmdt-das-FALINTIL, KAY RALA XANANA GUSMÃO e, a seguir, os restantes líderes presos e todos os prisioneiros políticos.

b - a participação da Resistência Timorense na próxima ronda negocial a realizar em Maio, em Genebra, pela participação directa e pessoal do Cmdt-das-FALINTIL, XANANA GUSMÃO, pela facilidade que a sua actual localização geográfica oferece.

Entretanto declaramos:

a - Rejeitar todo e qualquer tipo de diálogo fora do contexto das Nações Unidas e da potência administrante legal de Timor-Leste e declaramos por nulo e sem valor todas as soluções dela decorrentes.

b - Tomar por nulo qualquer decisão tomada em negociações que não tenha havido participação directa ou indirecta dos representantes timorenses devidamente mandatados pela Resistência Maubere.

c - Repudiar e tomar por nulo toda a individualidade

ou organização que não tenha assento nas estruturas do CNRM e que tome em vez deste, iniciativas de diálogo com a potência ocupante.

d - Manifestar a reafirmação da nossa rejeição categórica ao dito processo de "reconciliação entre timorenses independentistas e timorenses integracionistas" apoiado e incentivado pelo governo indonésio para satisfazer os seus fins políticos.

A guerra de invasão e ocupação ilegal de Timor-Leste levado a cabo pela Indonésia contra o indefeso Povo de Timor-Leste já ceifou a vida de mais de 1/3 de uma população com pouco mais de 700.000 habitantes e continua impondo consequências devastadoras como resultado do genocídio físico e cultural que ela impõe. Isso acontece porque vários Estados membros e a própria ONU subordina os princípios do Direito Internacional e as suas resoluções as bôas relações com a Indonésia, o tigre da ASEAN.

Sucessivas rondas negociais entre Portugal e Indonésia sempre redundaram em fracasso porque, por um lado, nunca houve participação directa da parte mais interessada, os timorenses, devido as manobras diplomáticas da Indonésia e, por outro, a impotência da ONU de identificar correctamente os problemas e tomar medidas adequadas que levem a Indonésia a flexibilizar as suas posições.

Não podemos admitir mais impasses e adiamentos injustificados que apenas favorecem a exterminação lenta do Povo de Timor-Leste.

Exigimos a ONU que dessa ronda negocial a ter lugar em Maio, sob os auspícios de V.Ex.cia, Senhor Secretário-Geral, sejam encontrados os mecanismos práticos que favoreçam possibilidades reais para uma solução justa, global e internacionalmente aceitável para Timor-Leste, satisfazendo todas as partes envolvidas no conflito e devolvendo a tão almejada paz que o Povo de Timor-Leste deseja alcançar com a sua luta, o seu sangue, as suas lágrimas e a sua morte.

Há muito que a Resistência Timorense do Povo Maubere veio manifestando ter paciência de esperar, conduzindo-se sempre pela moderação porque está consciente que ela e sòmente ela pode constituir a alma do diálogo. Mas não podemos mais permitir que a ONU se sirva da paciência do Povo Maubere como cortina para encobrir o seu desinteresse e a sua impotência e a sua opção pela utilização de dois critérios para resolver a questão de agressão da Indonésia sobre Timor-Leste e na defesa dos princípios universais e do direito internacional que assiste ao Povo de Timor-Leste. A paciência do Povo de Timor-Leste tem os seus limites e não permitiremos que sejamos continuamente exterminados com o consentimento discreto da própria ONU.

Ou as leis e os princípios do Direito Internacional devem ser respeitados para que a ONU cumpra o seu papel de árbitro e polícia mundial ou a ONU deixa de impôr o respeito desses princípios aos agressores e violadores juntando-se à Indonésia declarando já o seu reconhecimento à in-

tegração de Timor-Leste na Indonésia a fim de que o Povo de Timor Leste assuma também já a consciência de mais um obstáculo que a própria ONU colocou à sua luta, aceitando a sua exterminação. Mas que apesar disso continua a resistir à agressão em defesa dos princípios universais que a ONU abandonou por causa da sua impotência face à inflexibilidade de Jacarta.

Assim sendo, Jacarta seria louvada e glorificada porque conseguiu impôr os seus objectivos sobre uma organização que afirma ser o árbitro dos conflitos mundiais mas que o Povo de Timor-Leste a defendendo no silêncio da sua própria sorte o seu destino, sabe já que, não terá de esperar nada de ninguém, lutando por um princípio universal em cuja defesa a Comunidade Internacional assiste um dever e, portanto

PÁTRIA OU MORTE foi, é e sempre será a afirmação da identidade maubere e a sua indomável vontade de resistir!

Terminamos fazendo votos de muita confiança e esperança de que sob a Sua lúcida mediação na próxima ronda negocial, a ter lugar em Maio, em Genebra, resultarão medidas práticas que facilitem a solução global do arrastado problema timorense pondo fim ao martírio do nosso Povo.

Com humildade e com a mais elevada consideração, subscrevemo-nos,

P/O C.N.R.M.,

Nino Konis Santana
Membro do CNRM e
Chefe do CEL/FA

Kéri Leran Sabalae
Membro do CNRM e
Sec. do CEL/FC

No interior de Timor-Leste, aos 31 de Março de 1994.-